



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011476-47.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido**
 Requerente: **Tommy Alex Levada**
 Requerido: **Sistema Facil Incorporadora Imobiliária São Carlos Ii Spe Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado com a rés um contrato particular de promessa de compra e venda relativo a imóvel que especificaram, o qual lhe foi entregue em dezembro de 2014.

Alegou ainda que foi lhe cobrado importâncias a título de “taxa de evolução da obra” de forma indevida, as quais continuaram sendo debitas de sua conta-corrente por um período mesmo depois da entrega do imóvel.

Almeja a restituição dos valores pagos a esse título.

Nota-se que a alegação de que o imóvel prometido ao autor foi entregue a ele em dezembro de 2014 não foi refutada.

É incontroverso, ademais, que mesmo após esse fato o autor continuou fazendo o pagamento da taxa de evolução da obra.

Muito embora num primeiro momento isso possa transparecer indevido, reputo que o exame detido da questão posta não firma base sólida



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

que respalde tal conclusão.

Com efeito, a simples entrega do imóvel não configura por si só a finalização da fase de construção e o imediato início da fase de retorno.

O próprio contrato estipula uma série de exigências para a entrega da última parcela para construção do empreendimento, destacando-se dentre elas a apresentação da certidão comprobatória da averbação da construção, “Habite-se”, a apresentação de CND do INSS e a adimplência de todos os contratos assinados com os mutuários/devedores pessoas físicas.

Em consequência, considero inexistente lastro consistente para a ideia de que a cobrança da taxa de evolução da obra careceria de amparo.

Como se não bastasse, e ainda que assim não fosse, não detecto prejuízos dos autores com os pagamentos em pauta.

Os juros derivados do financiamento em regra são fixados em patamar único, de sorte que os pagos antes do encerramento da fase de obras serão devidos na mesma proporção ao longo da fase de retorno.

Bem por isso, não vislumbro dano ao autor com as cobranças feitas, guardando elas similitude com as concernentes à fase de retorno.

Eventual comprovação dessa ordem não foi feita nos autos e poderia depender, se o caso, de prova pericial contábil, mas isso não se revela possível no âmbito do Juizado Especial Cível.

A conjugação desses elementos conduz à rejeição da pretensão deduzida, não tendo o autor demonstrado satisfatoriamente o cometimento de irregularidade por parte das rés, de modo que os fatos constitutivos de seu direito não restaram evidenciados.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 20 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**